

DE ALUNOS A DELEGADOS: APRENDIZAGEM POR MEIO DA REPRESENTAÇÃO DE DELEGAÇÕES EM DEBATES

Flora Assaf de Sousa

*Graduanda em Ciências Sociais – licenciatura na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
Email: floraassaf_@hotmail.com*

Resumo: O presente artigo pretende tratar do potencial das simulações de organizações internacionais como estratégia de aprendizagem, especificamente da dinâmica dos debates inerente a esses projetos. As simulações, ou modelos (como também são chamadas), se tratam de eventos em que alunos de Ensino Médio ou Ensino Superior encarnam o papel de uma delegação em debates sobre temas da agenda internacional. Estes debates acontecem sempre dentro de uma organização internacional relacionada ao tema debatido. A partir do caso específico do Modelo das Nações Unidas da União Norte-riograndense de Estudantes de Direito Internacional (UNEMUN), simulação voltada para estudantes de Ensino Médio de baixa renda que acontece em Natal/RN, este trabalho estuda os possíveis benefícios em debater um tema representando uma delegação, em vez da própria opinião sobre o assunto. Os resultados aqui debatidos são oriundos de um trabalho etnográfico realizado na edição da UNEMUN em 2017, que simulou o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes (UNODC) com o tema “Política internacional prisional: debates sobre as diretrizes para a efetivação dos Direitos Humanos da pessoa apenada”. A ideia é trabalhar o potencial dos debates em que alunos representam delegações para exercitar a aprendizagem pela pesquisa, com participação ativa dos alunos, em contraposição ao modelo expositivo de sala de aula, em que os discentes são colocados em uma posição passiva nos processos didático-pedagógicos. A partir deste caso prático, é possível pensar alternativas para tornar as aulas mais interessantes aos alunos, o que vai impulsionar sua aprendizagem, ao mesmo tempo em que pensamos um papel de professor devidamente contextualizado na sociedade da informação.

Palavras-chave:

Modelos de simulação, estratégias de aprendizagem, Ensino Médio.

1. INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios do professor é tornar as aulas interessantes para seus alunos. A tarefa não é mera vaidade, sabe-se que interesse é o que motiva os alunos a participar das aulas, e a participação potencializa a aprendizagem. A presente pesquisa nasceu da curiosidade da autora ao conhecer os modelos de simulação para Ensino Médio, intrigada justamente pelo entusiasmo dos estudantes que participavam de projetos do gênero.

Um modelo (ou uma simulação, como também é chamado) é um projeto em que alunos debatem sobre problemas da agenda internacional representando um país¹, podendo encarnar um ministro, um diplomata ou até mesmo o chefe de estado. O objetivo do debate é elaborar um Documento de Resolução com soluções para o problema proposto. As discussões acontecem no âmbito de uma organização internacional como o Fundo das Nações Unidas

¹ Existem casos em que os estudantes representam ONGs, empresas ou outras delegações, mas tomaremos o caso dos países, que é o mais comum, a fim de facilitar a explanação.

para a Infância (UNICEF), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização dos Estados Americanos (OEA) etc. Desta forma, o objetivo dos delegados (os estudantes que participam representando uma delegação) é defender os interesses durante o debate, para em conjunto chegar a uma resolução.

Neste trabalho, adotamos o Modelo das Nações Unidas da União Norte-riograndense dos Estudantes de Direito Internacional (UNEMUN) como recorte, por se tratar da primeira simulação inteiramente voltada a alunos de Ensino Médio da rede pública de ensino no Brasil. O projeto, que acontece em Natal – RN desde 2014, surgiu como iniciativa dos organizadores da Simulação de Organizações Internacionais (SOI), na tentativa de democratizar o acesso aos modelos, que costumam cobrar taxas altas para a inscrição (a SOI, que cobra uma das taxas mais baixas do Brasil, custa R\$ 90,00) fazendo com que estudantes de baixa renda não consigam participar. Assim sendo, com o intuito de possibilitar a participação de alunos da rede pública, os membros da SOI criaram uma simulação inteiramente gratuita somente para alunos da rede pública: a UNEMUN.

Como já dissemos, esta pesquisa foi motivada pela curiosidade da autora ao se deparar com alunos apaixonados pelos modelos, mas desinteressados na escola. Para melhor entender essa motivação, explanaremos em detalhes a dinâmica da UNEMUN. A simulação acontece das 9:00 às 17:00, sexta e sábado no final de maio. Antes disso, os alunos pesquisam sobre o tema do debate, têm encontros com os orientadores que lhes são designados e recebem um guia de estudos. Os temas são escolhidos levando em conta o que é estudado em sala de aula, ou seja, durante a simulação, os alunos discutem sobre assuntos relacionados ao que aprendem na escola. O que faz com que a aprendizagem nesse ambiente aconteça de forma tão prazerosa, enquanto na escola os mesmos estudantes não parecem sequer se interessar pelas aulas?

A hipótese que motivou este trabalho é que a diferença entre as duas situações consiste na participação ativa durante a simulação, coisa que não acontece na sala de aula, onde os alunos costumam ser elementos passivos nos processos didático-pedagógicos. Sabendo que a participação nos debates acontece por meio da representação de uma delegação, o objetivo desta pesquisa é investigar de que maneira a discussão por meio da representação de uma delegação pode propiciar aprendizagem.

A ideia desta pesquisa é que, ao entender os processos de ensinagem e aprendizagem fazem os alunos se interessarem pelas simulações enquanto aprendem assuntos tratados na escola, possamos incorporar algumas destas estratégias para

pensar uma sala de aula participativa, que vá além das aulas expositivas com alunos que sentam e escutam o que o professor tem a dizer.

Além disso, destacamos que o potencial pedagógico das simulações para o Ensino Superior é tema de diversos estudos em todo o mundo, mas não há quase nada produzido a esse respeito tratando do Ensino Médio, o que ressalta a originalidade da pesquisa.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada por meio de trabalho etnográfico, isto é, pela observação participante e pela elaboração de uma etnografia tratando do processo de pesquisa e seus resultados. Neste artigo, discutiremos um dos vários pontos que se mostraram eficazes enquanto estratégia didático-pedagógica, que é o debate por meio de representação de delegações.

Adotamos a observação participante como procedimento metodológico por dois motivos: a inserção prévia da pesquisadora no projeto e a abordagem que se desejava realizar. Começamos elaborando sobre o primeiro motivo. Após participar da SOI durante 6 anos, as simulações se apresentam como realidade extremamente familiar. Assim, para estudar os modelos de forma científica, é necessário transformar as simulações em objetos, que precisam ser minimamente estranhos para que seja possível fazer uma análise com o devido rigor e rigidez exigidos do bom cientista (BOURDIEU, 1989).

Ao mesmo tempo, por ser professora, a pesquisadora precisa se despir das noções pré-concebidas do que são processos didático-pedagógicos, possibilitando enxergar no campo novas maneiras de ensinar e aprender. Esta familiarização só é possível quando o pesquisador domestica seu olhar pelas teorias, isto é, aprende a enxergar como antropólogo, a partir de seu arcabouço teórico (OLIVEIRA, 1993). A observação participante consiste exatamente em estranhar o familiar e familiarizar-se com o estranho para exercer um trabalho científico (DA MATTA, 1978), mostrando-se, portanto, a estratégia adequada para a pesquisa.

Tratemos agora do segundo motivo: a abordagem desejada para o trabalho. A ideia da pesquisa era observar a aprendizagem a partir da vivência que os delegados (alunos que participam do projeto simulando) tinham durante o evento, buscando enxergar nas falas e atitudes dos participantes as evidências da aprendizagem. Impossível, nesse momento, não pensar no que diz Peirano (2008) sobre a etnografia:

a (boa) etnografia de inspiração antropológica não é apenas uma metodologia e/ou uma prática de pesquisa, mas a própria teoria vivida. Uma referência teórica não apenas informa a pesquisa, mas é o par inseparável da etnografia. É o diálogo íntimo entre ambas, teoria e etnografia, que cria as condições indispensáveis para a renovação e sofisticação da disciplina - a “eterna juventude” de que falou Weber. No fazer etnográfico, a teoria está, assim, de maneira óbvia, em ação, emaranhada nas evidências empíricas e nos nossos dados. (p. 3)

A etnografia, nessa perspectiva, apresenta-se como maneira ideal de estudar o potencial da aprendizagem pela ação, pela fala, pela representação. Neste caso, tanto aprender como pesquisar são teorias vividas – a práxis pregada por Freire (2016).

Este trabalho trata-se, portanto, da compilação de alguns dos resultados de uma breve pesquisa etnográfica realizada na edição da UNEMUN de 2017, que aconteceu nos dias 19 e 20 de maio. A organização simulada foi o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes (UNODC), e o tema debatido foi “Política internacional prisional: debates sobre as diretrizes para a efetivação dos Direitos Humanos da pessoa apenada”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do evento 59 alunos vindos de seis escolas: Escola Estadual Berilo Wanderley, Escola Estadual Anísio Teixeira, Escola Estadual Sebastião Fernandes, Escola Estadual Edgar Barbosa, Colégio Atheneu Norte-riograndense e Colégio Marista Champagnat². Os alunos simulam em dupla³, ou seja, cada par representa um país diferente.

Quando a simulação começa, os participantes deixam de ser alunos e passam a ser delegados. A diferença mais marcante dessa mudança aparece na fala: os delegados se referem tanto a si mesmo quanto aos outros na terceira pessoa, dizendo: “A delegação da Argentina gostaria de dizer que...” ou “Senhora representante do Brasil, não seria melhor se...”. Mesmo em momentos de intervalo, eles continuam a conversar em linguagem diplomática, repetindo jargões como “Decoro, senhor delegado!”, “Moção para debate” etc.

Durante o debate, os discursos são feitos com muita convicção. Essa característica merece ser destacada porque os mesmos delegados não falavam da mesma forma em sala de

² O Marista Champagnat é a iniciativa filantrópica do Colégio Marista de Natal, que atende alunos de baixa renda. Fazemos essa observação a fim de esclarecer que, ainda que a escola não faça parte da rede pública, o projeto permanece aceitando somente alunos de baixa renda.

³ Um dos membros de uma dupla não compareceu durante o evento, fazendo com que o número de participantes fosse ímpar.

aula⁴. Aqueles que hesitavam falar ou se pronunciavam timidamente, na simulação, falam de maneira convicta. Aparentemente, é mais fácil para eles falar ao encarnar o papel de diplomata do que quando representando a si mesmo.

Afinal, se alguém discordar do que foi dito, pode-se sempre dizer que não é o que eu, delegado, penso, e sim o que acredita a minha delegação. Representar dá ao delegado certa facilidade em discursar, visto que as opiniões que ele representa durante a simulação não necessariamente são iguais as dele, anulando um possível medo de “passar vergonha” por causa do que falou. Por mais absurda que seja o argumento, ele se esconde por trás da máscara da delegação.

Assim, ao se pronunciar, o delegado tem como objetivo defender um posicionamento, sem sentir a necessidade de ser aceito pelo grupo – o que acontece em discussões em que a pessoa não representa ninguém a não ser a si mesma. Com isso o delegado pratica o discurso livre de rodeios, de forma assertiva, aprendizagem que pode levar para a seu cotidiano ao expor a própria opinião.

A representação de uma delegação mostra-se, portanto, como uma boa maneira de exercitar a fala, aspecto deixado de lado nas aulas expositivas em sala. Além disso, o tempo controlado do discurso também serve de exercício, pois os delegados aprendem a ter a noção de tempo. Como há uma lista de discussão, as delegações devem esperar a sua vez para falar, portanto há tempo para preparar o que dizer. Percebe-se, então, que a simulação se apresenta como exercício da argumentação oral, habilidade que praticada cada vez menos na escola.

Outro aspecto que podemos destacar é a aprendizagem sobre outros países, em especial daquele que a delegação está representando. A maioria dos discursos, principalmente no início da simulação, se resumem aos representantes falando da situação de suas respectivas nações – seja sobre os problemas, seja sobre soluções adotadas por ela. Isso permite aos outros conhecer mais sobre aquela nação, ao mesmo tempo que demonstra o quanto os delegados pesquisaram a respeito.

Com isso, vemos que os delegados exercitam a pesquisa e aprendem sobre a história e a geografia de outros lugares, pois são dados que aparecem com frequência nos discursos. O exercício da pesquisa, independente do assunto, por si só permite ao estudante aprender a aprender: motivado por uma dúvida ou por uma necessidade, o aluno desconstrói o que já sabia ao entrar em contato com o novo saber, sintetizando um novo conhecimento (PORTILHO & ALMEIDA, 2008). Ademais, pesquisar é um exercício de autonomia,

⁴ A seleção dos participantes é feita após uma série de atividades em sala de aula, por isso é possível comparar a fala dos delegados na escola e na simulação.

enquanto o modelo de aprendizagem presente na escola termina por exercitar ao aluno uma posição passiva, já que ele escuta muito mais do que fala ou escreve.

Além disso, antes do início da simulação cada delegação deve entregar um Documento Oficial de Posição, também chamado de DPO, no qual constam informações básicas sobre o país e seu posicionamento a respeito do tema. Isso requer que os delegados pesquisem e elaborem um texto sobre o país. Os DPOs são entregues à mesa antes do início da primeira sessão, e ficam disponíveis para consulta durante toda a simulação, permitindo que os delegados tenham acesso às informações de todas as delegações participantes do debate.

Estes são pontos que valem a pena serem mencionados, todavia, a aprendizagem mais interessante a ser destacada decorre da maneira como são elaborados os discursos das delegações. Para além da prática de discursar em público, que por si só já desenvolve uma série de competências, representar uma delegação em um debate possibilita aos participantes aprender muito sobre o discurso como ferramenta de poder.

Pensemos o caso daqueles que representam países poderosos e com influência na política internacional. Como já foi ressaltado, os delegados precisam representar o posicionamento político do país tal qual ele acontece na realidade, então um representante dos EUA, por exemplo, jamais diria: “OK, em nome dos Direitos Humanos vamos proibir às empresas que usem a população carcerária como mão de obra barata”. Pelo contrário, o país adota um discurso que defende a prática, apresentando seus benefícios, que é o posicionamento que o delegado deve adotar. Desta maneira, os delegados compreendem de que forma o discurso serve de ferramenta de poder para os dominantes ao vivenciarem eles mesmos esse papel.

Existe também casos em que os países não possuem grande influência no cenário internacional, porém seu posicionamento representa igualmente uma ideologia, tal qual alguns países islâmicos que justificam violações aos direitos das mulheres argumentando que as práticas fazem parte de sua cultura e religião. Para defender esse ponto de vista o delegado precisa aprender os mecanismos ideológicos que o fundamentam, o que novamente propicia aprendizagem a respeito das ideologias.

Essa experiência proporciona aos delegados um profundo contato com o capital cultural dominante (BOURDIEU, 2007), pois aprendem a linguagem de quem domina e os mecanismos ideológicos utilizados. É verdade que, nesse quesito, cabe o questionamento se não seria mais interessante que os dominados falassem na sua própria linguagem para resistir

à dominação, mas até mesmo para isso é preciso compreender como a dominação é exercida.

É importante ressaltar que os ataques a outras delegações não são pessoais. Isto é, ao contestar o que disse outro representante, o delegado aponta incoerências no discurso, muitas vezes apresentando provas, em vez de atacar pessoalmente quem se pronunciou. Deste modo aprende-se a criticar – não só pessoas, mas principalmente discursos –, e a crítica é um passo fundamental para a real aprendizagem.

Outro ponto positivo de representar uma opinião que não é sua é o de se colocar no lugar do outro. A medida que eu pesquiso sobre a história e a cultura de um país, percebo que estes fatores em tudo influenciam no posicionamento dele, enquanto delegação, sobre um assunto. Assim, é possível compreender o caráter histórico das culturas, bem como o vir a ser de determinados saberes.

Além do mais, uma simulação é por excelência uma aplicação da Solução de Problemas. Esta é uma estratégia de ensinagem conhecida por todos pela sua utilização na matemática: o professor passa um problema que os alunos devem resolver utilizando operações matemáticas. Todavia, esta é uma estratégia perfeitamente aplicável às ciências humanas – e a UNEMUN é prova disso, pois nela os delegados propõem soluções para problemas da vida real. No processo, os delegados exercitam “a práxis reflexiva e perceptiva, a problematização – cerne da própria atividade –, a criticidade na identificação da solução e a totalidade, pois tudo está interligado e mutuamente independente” (ANASTASIOU & ALVES, 2003, p 86).

4. CONCLUSÕES

Iniciamos este trabalho questionando por que as simulações despertam interesse nos alunos e a escola não. Sabe-se que na escola os conteúdos frequentemente são apresentados de forma desvinculada à realidade, tentando mais fazer com que o aluno memorize informações (FREIRE, 2011) do que propiciar condições para que o aluno possa produzir conhecimento de forma autônoma (FREIRE, 2016).

Neste ensejo, a UNEMUN é um espaço que oferece condições para construção de conhecimento? Sim, pois o debate acontece com base no que os delegados pesquisaram por conta própria, de modo que os diretores somente orientam sobre como pesquisar e quais as regras da simulação. Os argumentos que os delegados utilizam para defender o posicionamento do país que representam, ou para contestar o que

dizem outras delegações, são elaborados a partir de informações frutos da própria pesquisa. O que vemos, então, é o desenvolvimento da curiosidade epistemológica: que consiste na superação da curiosidade ingênua ao aprender a pesquisar com cada vez mais rigor científico e criticidade (FREIRE, 2016).

Com isso em vista, podemos dizer que a representação de uma delegação propicia aprendizagem ao consistir essencialmente na pesquisa, no exercício da fala e na crítica. Promove aprendizado pela pesquisa pois é nisto que consiste ser um delegado: buscar informações sobre seu país, sobre o dos outros (mesmo que seja para contradizer o que foi dito por outra delegação) e para propor soluções aos problemas discutidos. Já o exercício da fala, oportunidade raramente encontrada nas dinâmicas utilizadas em sala de aula, possibilita a transformação das informações encontradas em raciocínio e argumento. Isto resulta no exercício da crítica ao debater com os colegas e, principalmente, ao elaborar soluções.

Todos esses são elementos passíveis de aplicação na sala de aula. Em tempos este em que o acesso a informação é cada vez maior, a escola não pode mais se entender como o espaço de fornecimento de conhecimento – deve se tornar o lugar onde os alunos aprendem a obter as informações eles mesmos, construindo saberes a partir da própria trajetória. Nesse sentido, cabe ao professor o papel de ensinar os alunos a aprender, e não mais de dizer o quê aprender.

Além disso, as simulações nos mostram que o aluno não precisa absorver uma quantidade de conhecimento para só depois operá-lo, pelo contrário. É preciso incentivar a ideia do conhecimento como algo infinito, ou seja, que nunca tomará uma forma final, mas estará sempre em construção. Essa noção serve ainda mais para pensar o professor, que, na sociedade do conhecimento, sofre uma crise de identidade ao perder seu papel de mediador do conhecimento (PORTILHO & ALMEIDA, 2008). Tomando os saberes como algo em perpétua construção, o professor encontrará seu propósito ao ensinar o aluno a pesquisar, a reconhecer a credibilidade das fontes, a transformar suas dúvidas em problemas de pesquisa.

Aliado à perspectiva de ensinar a pesquisar, é preciso que a escola seja um espaço em que os alunos possam se expressar, e com isso colocar em prática os saberes construídos. Acima de tudo, a sala de aula precisa tratar os assuntos de forma a despertar a curiosidade dos alunos, de maneira que eles possam conceber o que aprendem dentro da sua realidade, participando das aulas e desenvolvendo a curiosidade epistemológica.

Podemos, portanto, tomar as simulações como referência para pensar a sala de aula como espaço de ensino a pesquisa, ou pelo menos a uma

aprendizagem que vá além da mera memorização. Além disso, os modelos nos ajudam a imaginar uma atuação docente coerente com o tempo em que vivemos, com o professor ensinando o aluno possibilidades de aprender.

5. REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, Lea das Graças Camargo e ALVES, Leoni Pessate. **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville: Univille, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 39-64.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In NUNES, E. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 14a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da autonomia**. 54a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Unesp, 1993.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 2, 2008. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/1890>>. Acesso em 13 jun 2017.

PORTILHO, Evelise; ALMEIDA, Siderly. Avaliando a aprendizagem e o ensino com pesquisa no Ensino Médio. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 60, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3995/399537958009/>>. Acesso em 13 out 2017.